

A Pós-Graduação no Brasil: interfaces entre o financiamento e a expansão.

Luciana Rodrigues Ferreira¹

lucianarofer@gmail.com

Escola de Governança Pública do Estado do Pará
Universidade Federal do Pará

Vera Lucia Jacob Chaves

veraluciajacob@gmail.com

Universidade Federal do Pará

RESUMO

O artigo visa analisar as políticas de expansão da pós-graduação no Brasil e suas interfaces com o processo de financiamento por meio do fundo público gerido pelas agências de fomento a pesquisa e de regulação da pós-graduação. A análise central parte da compreensão de que as políticas de Estado para a educação superior, especialmente no âmbito da pós-graduação, visam a inserção do Brasil num sistema econômico mundial e competitivo por mercados. Trata-se de uma pesquisa documental, utilizando-se fontes oriundas do arcabouço jurídico sobre a pós-graduação e a coleta de dados, por meio do levantamento a partir das seguintes bases estatísticas: GEOCAPES, CAPES, INEP e CNPq. Os dados da expansão da pós-graduação apresentam as contradições históricas da educação pública superior no país, com índices de evolução na expansão, especialmente no governo Lula da Silva. O Brasil buscou aprimorar os mecanismos de fomento à pós-graduação, à Ciência, à Tecnologia e Inovação (CT&I), na última década, como parte das ações prioritárias de governo, expressando, segundo Mercadante (2011), o maior investimento em pesquisa e inovação, denominando-se como um período de ‘novo desenvolvimentismo’ aos olhos do governo, no qual, os atores são as agências executoras de pacto nacional de CT&I, dentre as quais se destacam: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) e as agências estaduais de financiamento a pesquisa. Dentre estas, a CAPES e o CNPq têm um papel especial pelo envolvimento direto com a pós-graduação, na regulação ou

¹ Bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado/Capes

no investimento na produção de conhecimento, as quais mostram a densidade desse objeto de estudo.

Palavras-Chave: Expansão da Pós-Graduação, Financiamento, Políticas Educacionais, Agências de Fomento.

A Política de Pós-Graduação do Brasil

As contradições no âmbito do trabalho docente relevam a complexidade histórica das transformações político-econômicas do Brasil e suas consequências para o trabalho, especialmente o trabalho imaterial, orientado pelas relações econômicas. Fato que se pode constatar ao analisar a trajetória histórica da política de Pós-Graduação no Brasil, por meio do papel da Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), principalmente na última década, a partir dos governos de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014).

A Capes, criada pelo Decreto n. 29.741, em 11 de julho de 1951, como Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tinha o objetivo de “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país” (Mec; Capes, 2001, p. 3).

O órgão foi criado com vista a contribuir para o desenvolvimento do país por meio da qualificação docente e o incentivo à pesquisa, centrada no investimento na Pós-Graduação, todavia, até a década de 1970, observa-se que a manutenção dos Programas de Pós-Graduação existentes ainda era instável do ponto de vista institucional, administrativo e financeiro e, conseqüentemente, ameaçados a curto prazo, “pela inexistência de garantias, pela fragilidade dos vínculos entre os cursos e suas instituições, e pela perspectiva de redução ou cortes de verbas.” (Brasil; Capes, 2004a, p. 124). Além disso havia falta de credenciamento dos cursos de pós-graduação, em 1975, apenas 37,1% dos cursos (251 em números exatos) estavam credenciados. (Mec, 1976, p. 10).

Ferreira (2015) faz em sua tese de doutorado uma análise sobre o histórico da CAPES para tratar sobre a avaliação dos programas e o processo de expansão vigente nas universidades federais e como tal processo reorganiza o trabalho do professor, tornando a pesquisa e as publicações elementos centrais no labor acadêmico

institucional. Por meio da análise de documentos institucionais do Ministério da Educação (MEC) e da Capes, apresentou como a Capes muda institucionalmente para atender as políticas de expansão da pós-graduação, sobressaltando a necessidade de se legitimar um processo de avaliação, pautado na produção, publicação e internacionalização dos Programas, professores e alunos de Pós-Graduação.

A avaliação dos Programas de Pós-Graduação assume destaque depois de 1979, com o diretor da CAPES o professor e pesquisador Cláudio de Moura Castro, que tinha como desafio criar toda sistemática desse processo, em prol de uma expansão da pós no país.

Identifica-se no final dos anos de 1970 e na década de 1980 um processo de avaliação com o dito parâmetro de ‘qualidade’, ainda não determinado pelos critérios de desempenho docente, mas, balizado pelo “aumento da absorção de pessoal em regime de tempo integral e dedicação exclusiva nas IES federais e o Programa Institucional de Capacitação de Docentes (PICD)”.

No início dos anos de 1990, a CAPES passou por um período crítico, com o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992) e a implantação do projeto de reestruturação da administração pública federal. Esse governo implementou a Medida Provisória n. 150, de 15 março de 1990, que extinguiu a CAPES, fato que mobilizou a comunidade acadêmica nacional para a permanência da instituição. Sua reconstituição se deu pela Lei n. 8.405, de 9 janeiro de 1992, que a coloca como fundação pública.

Entre 1992 a 1995 a Fundação CAPES teve quatro dirigentes em curto período de tempo², “nesse período, o empenho foi direcionado à informatização da instituição e à recomposição de verbas, considerada essencial para atender às demandas de seus programas” (Ferreira, 2015, p. 92). A tentativa, segundo a CAPES (Mec; Capes, 2002), era de recriar a agência em moldes mais ágeis, “[...] para que pudesse não apenas retomar as atividades que já desempenhava tradicionalmente, mas também ousar outras em busca do aprimoramento” (p. 26). Isso possibilitou a definição de uma política para o setor de bolsas no exterior, através do incentivo aos acordos de cooperação internacional.

Todavia, as maiores mudanças na política de intervenção da Capes na pós-graduação, e conseqüentemente, na forma de produção docente no trabalho do professor

² Presidentes da Capes no período: Eunice Ribeiro Durham (1992); Rodolfo Joaquim Pinto da Luz (1992); Maria Andréa Loyola (1992 – 1994), e Eunice Ribeiro Durham (1995) (CAPES, 2014a).

se deu sob a presidência de Abílio Afonso Baeta Neves, de 1995 a 2003, no período do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Como um exímio entendimento sobre a política internacional em relação a produção de conhecimento voltada para a produção de inovação e tecnologia, Baeta Neves, com o discurso da ampliação do processo de modernização da agência, inicia novas ações que alterariam todo o contexto da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Dentre suas ações, Ferreira (2015, p. 92) destaca:

[...] a discussão e criação dos mestrados profissionais, implantados pela Portaria n. 80, de 16 de dezembro de 1998; o ‘incentivo à cooperação internacional’, que visava um efeito multiplicador da pós-graduação, e a garantia da expansão, do crescimento e da consolidação da qualidade do sistema nacional de pós-graduação; e ainda, a possibilidade de vincular os resultados da avaliação dos cursos à homologação do Conselho Técnico Científico da CAPES.

A mudança mais significativa no período de gestão de Baeta Neves foi a nova sistematização no sistema nacional de avaliação, implementada a partir de 1998, pela Portaria n. 1.418, de 23 de dezembro de 1998, que visava à “[...] necessidade de aprimorar a classificação dos cursos de mestrado e doutorado, segundo o padrão de qualidade que possuem” (Mec, 1998, p. 9), orientados por critérios de produção e internacionalização, introduziram a escala numérica de 1 a 7 consolidado por avaliações trienais, o que também permitiu uma maior diferenciação entre os programas.

Vale ressaltar que para organização de critérios internacionais de produção acadêmica, técnica e científica o governo autorizou a criação de “comissões internacionais”, que vieram “[...] ao país para analisar os cursos que, em sua avaliação, tiveram a nota máxima.” (DIMENSTEIN; ROSSETTI, 1998, s/p). Os Documentos de Área no site da CAPES, dispõem no tópico “VI” intitulado de “considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional” e dentre outros aspectos, definem como a área irá avaliar a questão da maior internacionalização dos Programas de Pós-Graduação e estabelecem que para as notas 6 e 7 devem prezar pela qualidade internacional.

O direcionamento para consolidação da forma produtiva na avaliação do trabalho docente ganhou maior aprimoramento, expansão e força para a internacionalização no governo de Lula da Silva, quando Baeta Neves deixou o cargo de

presidente da CAPES, em 2003, e assume, em 2004, após duas rápidas gestões³, o presidente que passaria 11 anos na gestão da agência, o professor Jorge Almeida Guimarães.

A Expansão e o Financiamento da Pós-Graduação

Rocha Neto (2010, p. 60), identificou, em 2008, que até 2018 a pós-graduação, nos moldes que se encontra, terá uma expansão nos Grupos e Redes de pesquisa de 55%. Ao analisar os dados de evolução dos Grupos de Pesquisa, nota-se que de 2000 a 2014 a expansão foi de 201% (CNPq, 2015), fato que demonstra a enorme evolução em número de pesquisa e, conseqüentemente, de pesquisadores titulados no país. A Tabela a baixo apresenta o número de doutores em cada região do Brasil:

Tabela 1 - CNPq - Número de doutores por habitantes segundo região - 2000-2014

Regiões do Brasil	Doutores (1)							Δ% 2000-2014
	Censo 2000	Censo 2002	Censo 2004	Censo 2006	Censo 2008	Censo 2010	Censo 2014	
Norte	705	1.152	1.721	2.313	2.863	3.877	6.863	873,5
Nordeste	3.705	5.168	7.294	9.380	11.625	15.445	26.467	614,4
Sudeste	17.354	20.540	28.837	33.900	38.558	45.991	66.702	284,4
Sul	5.034	7.165	10.312	12.711	14.931	18.516	28.612	468,4
C. Oeste	1.873	2.404	3.632	4.339	5.379	7.400	11.628	520,8
Total	27.662	34.349	47.971	57.586	66.785	81.725	140.272	407,1

Fonte: CNPq/AEI. (1.5.8-DoutPop_UF_2000-14_ind)

- (1) Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil - Número de pesquisadores doutores cadastrados nos censos do Diretório, sem dupla contagem;
 (2) Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (o cálculo foi feito pelo número total de doutores titulados pelo total da estimativa populacional do IBGE).

Numa análise histórica, pode-se identificar na Tabela 1 a trajetória de dados entre 2000 a 2014 de doutores no país, na qual se identifica uma evolução maior que 280% em todas as regiões. O menor percentual de evolução está na região sudeste, todavia, esta região é continuamente a maior em números absolutos de doutores, e conseqüentemente, tem o maior número de doutores por 100 mil habitantes (78,4).

A construção de um pacto nacional pela expansão da pós-graduação e o incentivo prioritário à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), deu-se de forma objetivada nos governos de Lula da Silva. Já a gestão de Fernando Henrique Cardoso

³ Assumem, respectivamente, em um período de pouco mais de um ano, Carlos Roberto Jamil Cury (no início de 2003), e Marcel Bursztyrn (entre 2003 – 2004). (CAPES, 2014b, s/p).

(1994-2002) foi responsável pela reforma do aparelho do Estado brasileiro, que como lembra Silva Júnior (2011), deu guarida jurídica para as demais reformas nas instituições republicanas, como a Universidade Pública, além de tornar, um país “seguro” para o investimento externo direto em sua empreitada pela competição nos mercados internacionais.

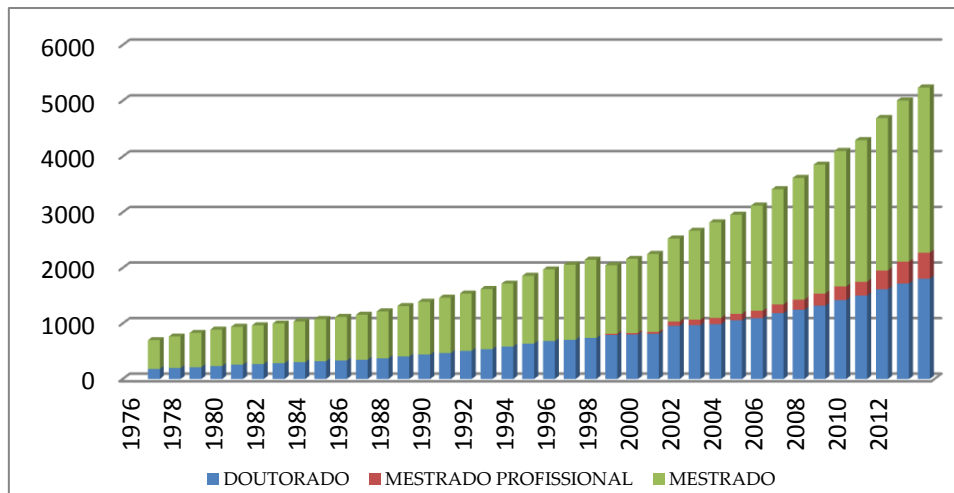
O modelo econômico adotado por Cardoso com a reforma do Estado foi refinado nos governos de Lula da Silva, uma vez que esse governo defendia que a economia brasileira precisava se constituir em um excelente destino para o capital estrangeiro com investimento externo direto no país. Constata-se o aprofundamento da reforma do Estado no que se refere à política de pesquisa por meio de instrumentos normatizadores, com destaque a Lei de Inovação Tecnológica n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que “estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do País” (Brasil, 2004, p. 1).

Essas leis representam instrumentos de regulação a favor do ambiente produtivo para o ‘desenvolvimento econômico’, e coadunam com o discurso de documentos oficiais, como Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável; e a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - 2012–2015 (ENCIT), e com toda política de expansão na produção de conhecimento, constituído pelo ambiente da pós-graduação.

Tais documentos observam claramente a velocidade necessária para acompanhar as mudanças tecnológicas mundiais, pelas quais o Brasil teria que “[...] realizar um enorme esforço para avançar na geração e utilização do conhecimento técnico-científico, criando capacidades e competências em áreas estratégicas.” (Brasil; MCTI, 2012, p. 9)

Observa-se, no Gráfico 1 a seguir, o processo de expansão de cursos de pós-graduação no Brasil desde a década de 1970, e ao relacionar esta evolução ao processo de implementações regulamentares e fomento à pesquisa, pode-se inferir que a evolução da pós-graduação também está vinculada à necessidade de desenvolvimento técnico-científico em áreas estratégicas com diversificadas fontes de financiamento.

Gráfico 1 – Evolução no número de cursos de pós-graduação no Brasil, 1976-2014



Fontes: Ministério da Educação; CAPES (2010b, p. 80); GEOCAPES (para os anos 2011 a 2014). Elaboração própria.

Em relação a expansão é possível identificar, nos dados do Gráfico 1, uma evolução no número de cursos de pós-graduação, mantendo-se a média de 5,5% de aumento ao ano até 1990. Entre 1991 e 2000 esta média de crescimento ficou em 4,3%, com destaque para uma queda de -12% no número de mestrados entre os anos de 1998 e 1999, por isso a oscilação apresentada no Gráfico para o período.

A década de 2001 a 2011 apresenta a maior evolução percentual. Em 2001, os cursos de doutorado aumentam 17,6%, e os de mestrado 6,4. Os anos de 2006, 2009 e 2011 representam as maiores evoluções, entre 7 a 9%, resultando em 132% de crescimento de 2001 a 2014.

Silva Júnior, Ferreira e Kato (2013), fazem uma análise a respeito da evolução da pós-graduação no Brasil e destacam que este plano consolida seus objetivos, principalmente no que se refere à formação de pesquisadores, que, “[...] apesar de ser recebida com resistência, vem sendo amplamente aceita pela geração de novos doutores que pouco a pouco vão assumindo as atividades de pesquisas e esvaziando o lugar da crítica”. (p. 451) Os autores elegem três consequências que resumem o contexto das ações previstas nesse PNPG: a avaliação mais intensificada, o empreendedorismo entre os professores e a internacionalização da pós-graduação brasileira.

Essas consequências estão diretamente relacionadas a questões de avaliação da pós-graduação, pesquisa e financiamento, as quais se interligam, e exigem, de professores e alunos, maior trabalho e produção, mais projetos financiados e mais internacionalização, para se ter um melhor currículo, e, conseqüentemente, melhor conceito nos cursos, assim por diante.

Em relação ao financiamento da pós-graduação, pode-se destacar o papel da Capes, quando se observa a evolução dos dados de financiamento por atividade desenvolvida, verifica-se uma expansão no investimento, apresentados na Tabela 2:

Tabela 2 – Brasil. Total do Orçamento da CAPES por itens de ação, valor executado, 2004, 2010, 2011 e 2013

ACÇÃO	2004	2010	2011	2013	Δ% [1]
Bolsa de Estudo	854.840	2.022.277	2.671.762	4.424.703	417,6
País	676.683	1.103.359	1.419.525	2.145.254	217,0
Exterior	158.390	108.738	155.892	143.404	-9,4
Política Industrial	-	113.709	143.912	-	26,5
Novas Fronteiras/CsF	-	26.439	40.978	1.330.868	4.933,7
Cooperação Internacional	19.766	112.887	164.236	-	730,9
Coop. Inter. Para Educação Básica	-	3.957	5.736	-	44,9
Plano Nacional de Pós-Graduação	-	87.594	126.033	-	43,9
Iniciação à Docência/PIBID	-	105.326	178.102	-	69,1
Educação Básica (UAB/PARFOR)	-	360.264	437.344	805.176	123,5
Fomento	27.673	317.973	356.977	448.352	1.520,1
Pós-Graduação	27.673	168.033	172.918	215.200	677,6
UAB	-	97.512	120.328	-	23,4
Educação Básica	-	52.427	63.731	233.151	344,7
Portal Periódicos	83.876	153.755	163.749	190.892	127,6
Avaliação	11.818	12.070	10.001	22.657	91,7
VALOR TOTAL	978.207	2.506.075	3.202.489	5.086.604	420,0

Fonte: CAPES (2014).

Nota: 1. Os valores da tabela estão expressos em mil R\$ e corrigidos pelo IPCA de jan. de 2015.

[1] A variação percentual corresponde a evolução dos anos que possuem dados na tabela, exemplo: bolsa no país o Δ% é de 2004-2013; Política Industrial o Δ% é de 2010-2011, assim por diante.

Percebe-se, portanto, que as atividades prioritárias da agência, fazem parte das prioridades do próprio governo brasileiro para a pós-graduação e a produção de conhecimento, que se desdobram desde os planejamentos nacionais, como os Planos Nacionais de Pós-Graduação, e na política de atuação da agência.

O IV PNPG (2005-2010), lançado em dezembro de 2004. Esse Plano estabelece a necessidade de ser feita uma avaliação da pós-graduação que preze pela inserção da ciência no mercado, como se pode constatar no trecho a seguir destacado:

A avaliação deve ser baseada na qualidade e excelência dos resultados, na especificidade das áreas de conhecimento e no impacto dos resultados na comunidade acadêmica e empresarial e na sociedade. Os índices propostos dão ênfase à produtividade dos orientadores e à participação do aluno formado na produção científica e tecnológica dos laboratórios ou grupos de pesquisa que compõem a pós-graduação. [...]A interação da pós-graduação com o setor empresarial, para a especialização de funcionários de empresas através de cursos de Mestrado, deverá ser valorizada, uma vez que indica uma

maior inserção do Programa na sociedade. (MEC; CAPES, 2004b, p. 63).

O V PNPG, com vigência de 2011 a 2020, consolida e expande a política que há quase duas décadas se intensifica, numa tentativa de mudar a cultura universitária, especialmente, pelo “[...] aumento do valor agregado de nossos produtos e a conquista competitiva de novos mercados no mundo globalizado.” (Mec; Capes, 2010a, p. 37). Este documento demonstra a necessidade de uma avaliação mais intensificada, com ênfase: no empreendedorismo do trabalho do professor; na necessidade da ampliação da política de cooperação internacional e internacionalização dos Programas com formação de alunos no exterior; no trabalho da ciência e da formação de mestres e doutores para as empresas; e, no trabalho de aperfeiçoamento dos professores da educação básica.

Tais campos de atuação são reforçados nas metas para 2020 que pretende aumentar em duas vezes e meia a três, em relação aos dados de 2009 (Mec; Capes, 2010b, p. 55), nos seguintes aspectos: na titulação anual de mestres e doutores; na publicação de trabalhos científicos em revistas qualificadas; em investimentos nas atividades de busca e estímulo de talentos, como nas olimpíadas científicas, [...]; em investimentos nas atividades de cooperação científica internacional, dentre outros.

Tais metas estão apresentadas no segundo volume do V PNPG (Mec; Capes, 2010b), que visa um prognóstico do Sistema Nacional de Pós-Graduação com uma reflexão sobre a projeção da “Pós-Graduação Brasileira no horizonte de 2020”, que identifica uma agenda de ciência, tecnologia e inovação e suas prioridades.

O atual PNPG contempla ainda, as questões de avaliação da pós-graduação, e ressalta que o financiamento e as pesquisas, por meio de editais, devem estar interligadas, o que exige, de professores e alunos, maior trabalho e produção, mais projetos financiados e mais investimento laboral para a internacionalização, e a expansão, cuja meta geral é aumentar 206% o número de doutores até 2020 (MEC; CAPES, 2010b, p. 277).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Analisou-se neste estudo a síntese do processo de expansão e financiamento da pós-graduação no Brasil, o qual apresenta um cenário complexo, cujas agências de fomento que regulamentam e financiam pesquisas e, conseqüentemente, programas de pós-graduação, revelam uma via de mão dupla, pois, assim como as agências de regulação e fomento, CAPES e CNPq, e fundações estaduais de apoio a pesquisa, incentivam áreas prioritárias no desenvolvimento econômico e estratégico para as políticas de Estado, os professores que mais se destacam nos indicadores de produção científica internacional, num processo recíproco e intensificado, também atuam em suas atividades laborais balizados pelas formas de financiamento e avaliação do trabalho docente (SILVA JÚNIOR, 2011; FERREIRA, 2015).

Numa análise mais global, a atual situação de crise econômica brasileira afetou também a produção de pesquisas e investimento na pós-graduação, uma vez que a mesma está atrelada as políticas econômicas do país. A exemplo disso, no início do mês de julho de 2015, foi anunciado pelo Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, o corte “47% dos recursos destinados às universidades federais” para o ajuste fiscal que também reduz os recursos da Capes, na qual a Pós-Graduação teria um “contingenciamento de 75% dos recursos destinados ao Proap e ao custeio do Proex” (UFRJ, 2015). Fato que deixou toda a comunidade acadêmica apreensiva em relação à manutenção dos Programas, que, em médio e longo prazo, tornará inviável a proposta de uma maior expansão e metas do atual PNPG.

Ter-se-ia que adotar uma política de produção com menos recursos, e um investimento na publicação online e cursos de Pós-Graduação a distância para manter Programas, o que traria conseqüências drásticas para a qualidade da pós-graduação e para o trabalho do professor, ainda mais intensificado, tendo, cada vez mais, que captar recursos, inclusive privados, para a produção de conhecimento.

Contudo, entende-se que a expansão impulsionada na última década, especialmente pelo Programa Reuni, mudou não só a estrutura e população de alunos, professores e técnicos das universidades públicas brasileiras, mas sobrecarregou as atividades laborais dos professores pesquisadores, a sua forma de produção, suas prioridades e sua vida em função das metas relacionada ao trabalho e da produção de conhecimento.

REFERENCIAS:

BRASIL, Casa Civil (2004). *Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004*. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 03 de dezembro. p. 1. Recuperado em 16 julho, 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. (2012). *Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012 – 2015 e Balanço das Atividades Estruturantes 2011*. Brasília: MCTI.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (2015). *Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil*. Grupos por ano de existência. CNPq. Recuperado em 22 de setembro, 2015, de <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-anos-de-existencia>.

Dimenstein, G., Rossetti, F. (1998). País tem só 23 pós de nível internacional. *jornal folha de são paulo*. cotidiano. educação. 16 ago.. disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff16089801.htm>>. acesso em: 12 set. 2014.

Ferreira, L. R. (2015). *O trabalho do professor jovem-doutor na pós-graduação: produção de conhecimento e discurso do professor*. 2015. 207 f. tese (doutorado em educação) – departamento de educação, universidade federal de são carlos, Ufscar, São Carlos, SP. Brasil.

Geocapes, Sistema de Informações Georreferenciadas da Capes. (2014). *Distribuição de Programas de Pós-Graduação (2011-2014)*. Visão Analítica. Recuperado em 13 de setembro, 2015, de <<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#>>.

Ministério da Educação e Cultura. (1976). Departamento de assuntos universitários. *situação atual da pós-graduação brasil – 75*. Brasília: MEC.

Ministério da Educação e Cultura. (2010a). Secretaria de Educação Superior. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior. *Plano Nacional De Pós-Graduação – V PNPG (2011-2020)*. Volume 1. Coordenação de Pessoal de Nível Superior. Brasília: Capes.

Ministério da Educação e Cultura. (2010b). Secretaria de Educação Superior. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior. *Plano Nacional De Pós-Graduação – V PNPG (2011-2020)*. Volume 2. Coordenação de Pessoal de Nível Superior. Brasília: Capes.

Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Pós-Graduação. (2004a). I Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG (1975-1979). In: Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *IV PNPG - Plano Nacional de pós-graduação (2005-2010)*. Anexos. Brasília: MEC; CAPES, dez., p. 115-171.

Ministério da Educação. (2012). *Análise sobre a expansão das universidades federais 2003 a 2012*. Relatório da Comissão constituída pela portaria nº 126/2012. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=12386&itemid=>>. acesso em: 20 fev. 2014.

Rocha Neto, I. (2010). Prospectiva da Pós-Graduação no Brasil (2008-2022). *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Série Estudos. Brasília: CAPES, v. 7, n. 12, jul. p. 58-79.

Silva Júnior, J. R. (2011). *Trabalho do Professor nas Federais: estranhamento e significados*. Tese de Livre Docência. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. Brasil.

Silva Júnior, J. R., Ferreira, L. R., Kato, F. B. G. (2013). Trabalho do professor pesquisador diante da expansão da pós-graduação no Brasil pós-LDB. *Revista Brasileira de Educação*, v. 18, n. 53, abr./jun. p. 435 – 499.

UFRJ. (2015). *Coordenadores de pós-graduação da ufrj encaminham carta ao mec e capes contra cortes orçamentários*. carta aberta. rio de janeiro: UFRJ. Recuperado em 16 julho, 2015, de http://www.ufrj.br/mostranoticia.php?noticia=15497_coordenadores-de-pos-graduacao-da-ufrj-encaminham-carta-ao-mec-e-capes-contra-cortes-orcamentarios.html.